

O Brasil

- 1 JUL 1987

Dívida Externa

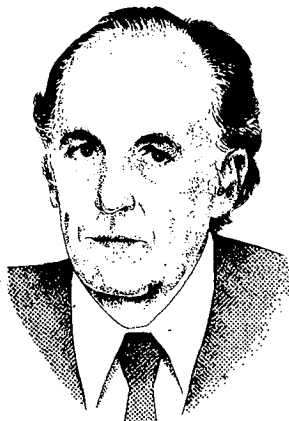
amplia a moratória

GAZETA MERCANTIL

por Cláudia Safatle
de Brasília

O governo brasileiro decidiu ontem suspender os pagamentos do principal devido neste ano para as agências oficiais do Clube de Paris (os bancos de exportação/importação, Eximbanks) e enviou telex ainda ontem ao Clube de Paris comunicando essa decisão. Essa medida, que representará cerca de US\$ 1,050 bilhão que o País deixará de remeter às agências oficiais a título de pagamento das amortizações que venceram no primeiro semestre e vencerão no segundo semestre deste ano, não foi ampliada para os juros da dívida oficial, cerca de US\$ 242 milhões, que continuarão a ser pagos ao longo deste ano.

Essa informação, apurada ontem por este jornal junto a fontes oficiais, foi confirmada pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, que ressaltou ter sido essa atitude do governo brasileiro uma



**Luiz Carlos Bresser
Pereira**

defesa das reservas cambiais do País e não uma posição de "agressão aos nossos credores". Não uma atitude de confronto, mas tão-somente um ato para defender as reservas cambiais, que estão baixas e que o ministro da Fazenda deseja recuperar.

A medida, que será divulgada hoje pelo Banco Cen-

tral, já vinha sendo gestada no Ministério da Fazenda desde o início da administração de Bresser Pereira.

O ministro enviou, poucas semanas atrás, ao Clube de Paris o embaixador Rubens Barbosa, secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, e o diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, com a proposta do governo brasileiro de prorrogar a rolagem provisória que havia sido acertada pelo ministro Dilson Funaro, em janeiro passado. O governo sugeria a prorrogação por mais noventa dias, até que o Fundo Monetário Internacional (FMI) terminasse o relatório sobre a economia brasileira.

O Clube de Paris negou esse adiamento. O acordo de janeiro deste ano envolvia os créditos contratados até 31 de março de 1983, cujo principal e juros vencem neste ano. Na ocasião, foi acertado um esquema provisório, que venceu ontem.

O Clube de Paris enviou telex ao governo brasileiro negando a prorrogação e reivindicando que o País pagasse tudo o que devia. O ministro da Fazenda decidiu, então, juntamente com o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, declarar moratória para o pagamento das amortizações das dívidas de governo a governo. As dívidas contratadas após 1983 continuam sendo pagas, assim como os juros.

Embora o acordo de janeiro estipulasse que as agências oficiais reabrissem os créditos de comércio, fechados desde 1982, os credores oficiais não cumpriram o acerto e o fluxo de recursos para o Brasil estava cada dia mais negativo.

A única prorrogação que o Clube de Paris aceitou foi a da apresentação do relatório do FMI, que era para ser enviado aos credores oficiais no próximo dia 20 de julho, e que o Clube aguardará até o dia 20 de setembro próximo.

Ontem, na Câmara dos Deputados, o ministro da Fazenda disse que não há nenhum interesse do País em continuar na moratória, mas que ela será "usada como instrumento da negociação".